



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2802  
2039  
8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, LUÍSA MAGALHÃES FARAH - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.722.251/0001-04 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, LUÍSA MAGALHÃES FARAH, portador da CI nº MG-14.141.416, devidamente inscrito no CPF sob o nº 069.196.326-67, nos termos da Requerimento de Empresário registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 3111027276-1, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

Parcela: 183  
Data: 23/24/16  
Assinatura: 916629

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos BOXES 02, 03 e 13 com 25,20 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 02, 03 e 13 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de restaurante e outros serviços de alimentação e bebidas ou comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2803  
8

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

2041  
8

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

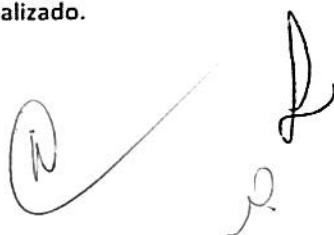

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

R



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.513,00 (UM MIL, QUINHENTOS E TREZE REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 18.156,00 (DEZOITO MIL, CENTO CINQUENTA E SEIS REAIS), pelos Boxes 02, 03 E 13 de 25,20 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro -- CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*20/5/16*  
*20/4/16*  
*8*

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

*Marcelo Lana Franco*  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

*Rúsel Beltrame Rodha*  
Rúsel Beltrame Rodha

Procurador Geral do Município

*Pedro Menequetti*  
Pedro Menequetti

Secretário Municipal de Finanças

*Lúcia Magalhães Farah - ME*  
Lúcia Magalhães Farah - ME

Permissionário

Testemunhas: 035004-8

*432000*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1132  
10

## TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Marco Antônio de Rezende Teixeira e o Secretário Municipal de Finanças, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Litoral Frutos do Mar Indústria e Comércio de Alimentos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 07.951.342/0003-06 sediada nos Boxes 01 e 11 - Mercado Distrital do Cruzeiro - Rua Ouro Fino, 452 - Cruzeiro doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Sheila Regina de Abreu, portador da CI nº M-6.880.405, devidamente inscrito no CPF sob o nº 005.147.496-44, nos termos do Contrato Social registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120753741-6, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 005/2011 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

14/10/2012  
[Handwritten signatures and dates]

### CLÁUSULA I Do Objeto

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 01 e 11 com 16,40 m².

### CLÁUSULA II Do Ramo de Comércio

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 01 e 11 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de produtos de mercearia.

### CLAUSULA III Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:



[Handwritten signature]





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

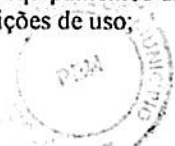
Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1153  
10

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) em caso de constituir sociedade comercial, deverá manter-se como sócio majoritário e administrador durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- e) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- f) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- g) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- h) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- i) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- j) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- k) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- l) manter no box ou loja, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- m) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- n) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- o) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box ou loja;
- p) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



280  
d



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1454  
D

- q) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- r) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

*[Handwritten signature]*

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

*[Handwritten signature]*





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1155  
10

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **Depósito Bancário**, no valor de R\$666,67 (seiscentos sessenta e seis reais e sessenta sete centavos) nos termos do item 10 do edital.

#### CLÁUSULA V Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$1.111,11 (Um mil, cento e onze reais e onze centavos), perfazendo o valor anual de R\$13.333,32 (Treze mil, trezentos e trinta três reais e trinta dois centavos), pelos Boxes 01 e 11 de 16,40 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1156  
10

incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

## **CLÁUSULA VI**

### **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V - a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI - razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

*Shy*

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

*W*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1457  
10

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

*SPK*

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSIONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

## CLAUSULA VII

### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1157  
10

Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 11 de Junho de 2012.

**Flávio Márcio Leopoldino Duffles**  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

**Marco Antônio de Rezende Teixeira**  
Procurador Geral do Município

Paulo de Souza Duarte - BM 71.975-0

**José Afonso Bicalho Beltrão da Silva**  
Secretário Municipal de Finanças

PERMISSONÁRIO

Testemunhas: 1) JD 33457 3 2) 1027208



W P.

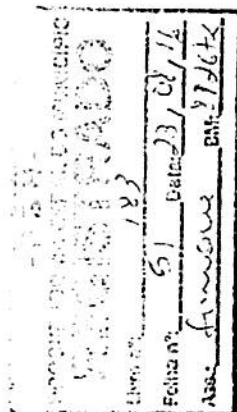


**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90



O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **LEONÍDIA RODRIGUES DUARTE NOGUEIRA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.260.987/0001-89 sediada na **RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO** doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **LEONÍDIA RODRIGUES DUARTE NOGUEIRA**, portador da CI nº M-400.363, devidamente inscrito no CPF sob o nº 633.137.406-00, nos termos da Declaração de Firma Individual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 1334947, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da **CONCORRÊNCIA nº 001/2016** e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos BOXES 88 e 89 com 16,40 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 88 e 89 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de utilidades domésticas.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2406  
2406  
2406

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.





2413  
2407  
x

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

*[Handwritten signature]*





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*Handwritten notes and signatures:*  
281c  
PD  
281c  
PD  
281c  
PD

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 460,00 (QUATROCENTOS E SESENTA REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 5.520,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS), pelos Boxes 88 E 89 de 16,40 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.

*Handwritten signature:*

*Handwritten signature:*







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

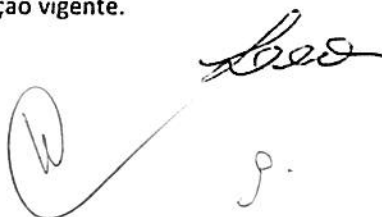
6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

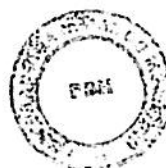
6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.





2811  
8



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

24/11  
24/30  
28

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

Marcelo Lana Franco  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

Platão de Souza  
Rúsel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

Pedro Meneguetti  
Secretário Municipal de Finanças

Leonídia Rodrigues Duarte Nogueira - ME  
Permissãoário

Comissão de Arquivo Júnior - BM 105.553-2  
Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro  
SMATES/SMF

Testemunhas: 22640

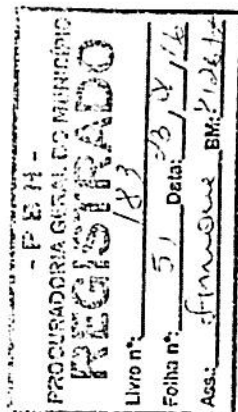




**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**



Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, LEONÍDIA RODRIGUES DUARTE NOGUEIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.260.987/0001-89 sediada na RUA OURO FINO, 452 - MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, LEONÍDIA RODRIGUES DUARTE NOGUEIRA, portador da CI nº M-400.363, devidamente inscrito no CPF sob o nº 633.137.406-00, nos termos da Declaração de Firma Individual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 1334947, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos BOXES 90 e 91 com 16,60 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 90 e 91 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de utilidades domésticas.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

281.  
D



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

24/24  
24/12  
8

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

24/12

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*Handwritten signature*





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

24/12/15  
2419  
8

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pelas parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

Leo







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*2426*  
*8*

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 465,00 (QUATROCENTOS SESENTA E CINCO REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 5.580,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS), pelos Boxes 90 E 91 de 16,60 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos

*fi*

*W*

*Lee*





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

242  
242  
8

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

242

242

242





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2814  
242  
4

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

Blair de Souza  
Rúsel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

Leonidia Rodrigues Duarte Nogueira - ME

Permissão

Testemunhas: 12640



Carmino Cândido de Araújo Júnior - BH 105.503-2  
Secretário Municipal Adjunto da Tecnologia



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, LEGUMES E FRUTAS CANARINHO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.799.862/0001-33 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, ALESSANDRO FLÁVIO RIOS, portador da CI nº M-9.312.203, devidamente inscrito no CPF sob o nº 039.942.486-55, nos termos da 8ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 4379510, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

- P B H -  
Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

INFO nº 183

Ass: 51 23/08/2016

Ulica - 011 84740:0

**CLÁUSULA I  
Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos BOXES 56 a 62 e 74 a 80 com 114,80 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II  
Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 56 a 62 e 74 a 80 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

**CLAUSULA III  
Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 2.599,99 (DOIS MIL, QUINHENTOS NOVENTA E NOVE REAIS, NOVENTA E NOVE CENTAVOS), perfazendo o valor anual de R\$ 31.199,88 (TRINTA E UM MIL, CENTO NOVENTA E NOVE REAIS, OITENTA E OITO CENTAVOS), pelos Boxes 56 a 62 e 74 a 80 de 114,80 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V - a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI - razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII - a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.



**P R E F E I T U R A**  
**B E L O H O R I Z O N T E**

**Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional**  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

Telephone: (31) 3277-4746      Fax: (31) 3277-4836

**6.11.** A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

**6.12.** A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

**6.13.** A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

## CLAUSULA VII

### Das Disposições Finais

**7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.**

**7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.**

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

**Marcelo Lana Falcão**

**Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional**

Robtus de Souza  
Rusvel Beltrame Rocha

**Procurador Geral do Município**

Pedro Meneguetti

**Secretário Municipal de Finanças**

Legumes e Frutas Canarinho Ltda - ME

## Permissionárj6

Testemunhas:  35004-8

409  
⊗

**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
RECEBIDA EM  
192  
14/06/17  
Horta

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**  
**PROCESSO: 01. 115679.16.04**

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pela Secretária Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, Darklane Rodrigues Dias, presentes o Procurador Geral do Município, Tomaz de Aquino Resende e o Secretário Municipal de Finanças, Fuad Jorge Noman Filho, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, JJZ Produtos Alimentícios Sociedade Ltda – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.696.245/0001-07 sediada no Mercado Distrital do Cruzeiro doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato, representada por seu representante legal, Júlio Jacques Luciano Uchôa Costa, portador da CI nº MG-4.361.078, devidamente inscrito no CPF sob o nº 005.292.386-08, nos termos da 4ª Alteração Contratual da Sociedade Limitada registrado na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 5804674, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 004/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 26 e 27 com 16,40 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 26 e 27 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;



281  
R

410  
R



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

- d) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- e) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- f) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- g) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- h) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- i) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- j) manter no box ou loja, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- k) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- l) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- m) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box ou loja;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no ANEXO I do Edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou



411  
@



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

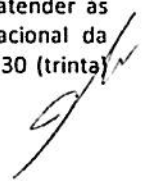
**CLÁUSULA V**  
Do Pagamento















2819  
D

412  
Q



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

5.1. A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$2.160,00 ( dois mil, centos e sessenta reais), perfazendo o valor anual de R\$25.920,00 (vinte cinco mil, novecentos e vinte reais), pelo Boxez 26 e 27 de 16,40 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV – a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei n° 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste

413  
Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

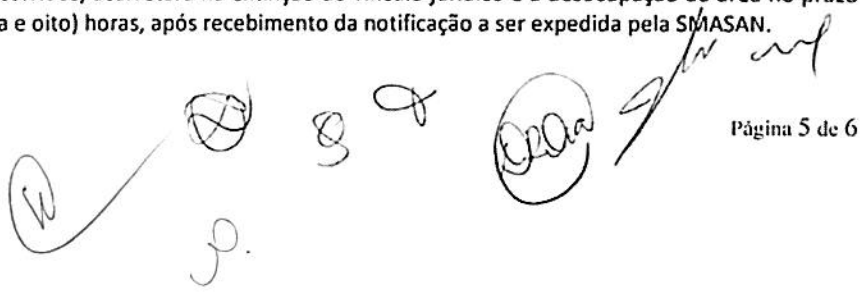
6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

CLAUSULA VII





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH  
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SMASAN  
GERÊNCIA DE APOIO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO - GEASA  
GERÊNCIA DE LICENCIAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, PROGRAMAS E FEIRAS DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO - GELEPF

**Das Disposições Finais**

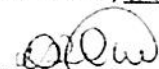
**7.1.** Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

**7.2.** O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

**7.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 01 de Junho de 2017


  
Darklane Rodrigues Dias

Secretária Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional


  
Tomaz de Aquino Resende

Procurador Geral do Município

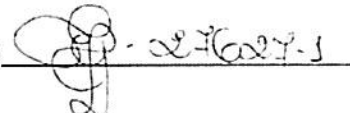
Marlon Keller Riant - BM 114240-6  
Procurador Geral Adjunto  
Administrativo-Consultivo

  
Fuad Jorge Norman Filho

Secretário Municipal de Finanças

  
J1Z Produtos Alimentícios Sociedade Ltda  
Permissionário

Testemunhas: 1)  35004-8

2)  27627-1





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*28/9*  
*28/9*

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

*28/9*  
*28/9*

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, INTEGRAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 16.938.748/0001-70 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, MARINA MAGALHÃES FARAH, portador da CI nº MG-14.141.419, devidamente inscrito no CPF sob o nº 072.892.136-70, nos termos da 6ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 5704339, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**  
**Do Objeto**

*183*  
*23/28/16* *51*  
*laure 916629*

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Área Especial 04 com 12,71 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**  
**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Área Especial 04 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de produtos alimentícios em geral.

**CLAUSULA III**  
**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

*Handwritten signatures and initials*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2821  
Φ

2821  
Φ

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

W

Φ

Φ

dm



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

282.  
P



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836



282  
P

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 2.019,00 (DOIS MIL, DEZENOVE REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 24.228,00 (VINTE E QUATRO MIL, DUZENTOS E VINTE OITO REAIS), pela Área Especial 04 de 12,71 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos











6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

282  
fll

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### **CLAUSULA VII**

##### **Das Disposições Finais**

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

*[Handwritten signature]*  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

*[Handwritten signature]*  
Rusvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

*[Handwritten signature]*  
Ana Maria S. Pinheiro da Costa  
Diretora de Segurança Alimentar e Nutricional  
Procuradora Geral Adjunta do Município  
Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional

*[Handwritten signature]*  
Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

*[Handwritten signature]*  
Camilo Cândido de Araujo Junior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES-SME

*[Handwritten signature]*  
Marina M. P. Farah

Integral Ltda - ME

Permissão

Testemunhas: *[Handwritten signature]* 35.004-8

*[Handwritten signature]* 22583-9

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1307  
(7)

## TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO

Procurador Geral do Município  
REGISTRADO  
Assinatura 1149  
Assinatura 32 20/09/12  
Assinatura 102507-2

Assinatura 25/09 112  
Assinatura 102507-2

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Luiz Schwarcz, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, INTEGRAL LTDA -ME, inscrita no CNPJ sob o nº 16.938748/0001-70 sediada na LOJA 25 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, MARINA MAGALHÃES FARAH, portador da CI nº MG-14.141.419, devidamente inscrito no CPF sob o nº 072.892.13670, nos termos do CONTRATO SOCIAL registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - JUCEMG sob o nº 31201725318, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 005/2011 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

### CLÁUSULA I

Do Objeto

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na RUA OURO FINO, nº 452, BAIRRO CRUZEIRO - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalada MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da LOJA 25 com 18,30 m<sup>2</sup>.

### CLÁUSULA II

Do Ramo de Comércio

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da LOJA 25 integrante do MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO, para o exercício da atividade comercial de COMÉRCIO VAREJISTA DE SUPLEMENTOS ENERGÉTICOS E/OU PRODUTOS NATURAIS.

### CLAUSULA III

Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

1308  
12



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) em caso de constituir sociedade comercial, deverá manter-se como sócio majoritário e administrador durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- e) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- f) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- g) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- h) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- i) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- j) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- k) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- l) manter no box ou loja, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- m) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- n) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- o) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box ou loja;
- p) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1309  
02

- q) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- r) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### **CLÁUSULA IV**

##### **Da Permissão Remunerada de Uso**

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editais.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5. A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

*[Handwritten signatures and initials]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1316  
12

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico - operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **DEPÓSITO BANCÁRIO**, no valor de **RS365,40 (TREZENTOS SESENTA E CINCO REAIS, QUARENTA CENTAVOS)** nos termos do item 10 do edital.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

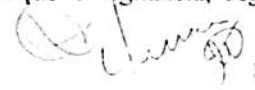
5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de **RS609,00 (SEISCENTOS E NOVE REAIS)**, perfazendo o valor anual de **RS7.308,00 (SETE MIL, TREZENTOS E OITO REAIS)**, pela **LOJA 25** de 18,30 m<sup>2</sup>, localizado no **MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO**.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra





28/10/2017





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1311  
1311

incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I - o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V - a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI - razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSIONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

92

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

## CLAUSULA VII

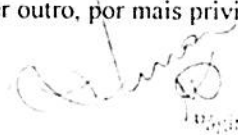
### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.







10/09/2017




**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

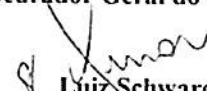
Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 23 de AGOSTO de 2012.

  
**Flávio Márcio Leopoldino Duffles**  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
**Rúsvel Beltrame Rêchia**  
Procurador Geral do Município

  
**Luiz Schwarcz**  
Secretário Municipal de Finanças

  
**Marina Choffe Karch**  
PERMISSIONÁRIO

Testemunhas: 1) 35004.3 2) 33457.3







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**

Processo: 01.019863/13-48

Urgente: 154

Data: 05/04/13

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, H A de Lima - Contabilidade - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.940.662/0001-93 sediada na Rua Ouro Fino, 452 - Loja 24 - Mercado Distrital do Cruzeiro doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Helder Alves de Lima, portador da CI nº M-542.840, devidamente inscrito no CPF sob o nº 759.511.426-87, nos termos do Requerimento de Empresário registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3111061625-7, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2013 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Loja 24 com 42,25 m², localizada no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Loja 24 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade comercial de Prestação de Serviços de Contabilidade e/ou Serviços de Despachante.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

699

8

- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter no box, loja ou área especial, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- n) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box, loja ou área especial;
- o) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- p) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- q) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes, lojas ou áreas especiais, deverão observar as especificações contidas no ANEXO I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas,





Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

070  
Q

previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.


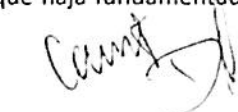

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional

Q  
P



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

070  
8

da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **Depósito Bancário**, no valor de R\$604,50 (Seiscentos e quatro reais, cinquenta centavos) nos termos do item 10 do edital.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$1.007,50 (Um mil e sete reais, cinquenta centavos), perfazendo o valor anual de R\$12.090,00 (Doze mil, noventa reais), pelo Loja 24 de 42,25 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

282  
D

702  
672  
g



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

*Carmit*  
*g*  
*g*

*g*  
*g*



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

703  
873  
8

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### **CLAUSULA VII**

##### **Das Disposições Finais**

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.


Pela PERMISSÃOÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃOÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 01 de Julho de 2013.

  
**Flávio Márcio Leopoldino Duffles**  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
**Rúsel Beltrame Rocha**  
Procurador Geral do Município

**Flávia Cristina M. E. da Silva**  
Procuradora Geral Adjunta Substituta  
do Município de Belo Horizonte

  
**Camilo Cândido de Araújo Junior**  
Secretário Municipal de Finanças

**Camilo Cândido de Araújo Junior** - SM - 100.000.000  
Secretário Municipal de Finanças

  
**H A de Lima - Contabilidade - ME**  
PERMISSÃOÁRIA

Testemunhas: 1)  24624

2)  629208



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

REGISTRADO  
Nº 183  
Data: 23/08/2016  
Valor: R\$ 84.742,00

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, FRIGORÍFICO INDAIÁ LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.851.515/0001-11 sediada na RUA OURO FINO, 452 - MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, ANTÔNIO VASCONCELLOS CAETANO JÚNIOR, portador da CI nº M-4.234.208, devidamente inscrito no CPF sob o nº 640.279.026-53, nos termos da 4ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 5704339, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 109 e 110 com 17,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Boxes 109 e 110 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Minimercados, Mercenarias e Armazéns.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.



283,  
4  
EST  
2509  
14/11

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.501,00 (UM MIL, QUINHENTOS E UM REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 18.012,00 (DEZOITO MIL, DOZE REAIS), pela Boxes 109 e 110 de 17,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 12 de AGOSTO de 2016.

  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

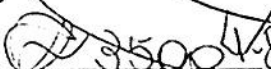
  
Pedro Meneguetti

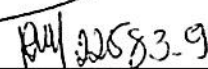
Secretário Municipal de Finanças

Frigorífico Indaiá Ltda – ME

Permissão

Testemunhas:

 350048

 2583-9





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, ESTRELA GUIA LOTERIAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 42.831.206/0002-94 sediada na RUA OURO FINO, 452 - MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, BONIFÁCIO MENDES DE CARVALHO, portador da CRC nº 50.134, devidamente inscrito no CPF sob o nº 210.202.996-49, nos termos da Alteração Contratual da Sociedade Limitada registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 4146558, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Loja 21 com 63,52 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Loja 21 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de casa lotérica.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;



*[Handwritten signature]*

- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

*9760  
24*

#### **CLÁUSULA IV**

##### **Da Permissão Remunerada de Uso**

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA V Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.752,00 (UM MIL, SETECENTOS CINQUENTA E DOIS REAIS), perfazendo o valor anual de R\$21.024,00 (VINTE E UM MIL, VINTE E QUATRO REAIS), pela LOJA 21 de 63,52 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - B11/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSIONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

*9761  
py*

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de AGOSTO de 2016.

*[Handwritten signature]*  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

*[Handwritten signature]*  
Rusvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

*[Handwritten signature]*  
Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

*[Handwritten signature]*  
Ana Flávia S. Patrus de Souza  
0314222003 - 0211/00000000  
Procuradora Geral do Município

*[Handwritten signature]*  
Camilo Cândido de Aguiar Júnior - BM 103.500-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMAT/S/SMF

Estrela Guia Loterias Ltda - ME

Permissionário

Testemunhas:

*[Handwritten signature]* 350048

*[Handwritten signature]* 125639



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2786

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

2785  
10/11

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, ENOTECA VINHOS E EVENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19273880/0001-06 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, CAROLINA MOL DE MORAIS, portador da CI nº MG-13.630.061, devidamente inscrito no CPF sob o nº 137.652.986-62, nos termos da Terceira Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 5706142, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

183  
23/08/16 51  
Dante 916629

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Lojas 22 e 23 com 63,32 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Lojas 22 e 23 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de loja de delicatessen.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

R. Puy

Carolina M



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

*[Handwritten signature]*

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Página 2 de 6

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2837  
D  
2885  
24

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.



4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.



4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

  
  
Paroquial



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.220,00 (UM MIL, DUZENTOS E VINTE REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 14.640,00 (QUATORZE MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS), pelos LOJAS 22 E 23 de 63,32 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



283  
4



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

*[Handwritten signature]*

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de AGOSTO de 2016.

  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

Aza Mávia S. Petrus de Souza  
EM 212.000-6 - CMB/MS 60.010  
Procuradora Geral Adjunta do Município  
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor

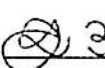
Camilo Cândido de Araújo Júnior - BIA 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF

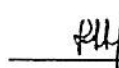
Parceira Vel de Marmis

Enoteca vinhos e Eventos Ltda - ME

Permissionário

Testemunhas:

 35004-8

 22583-9

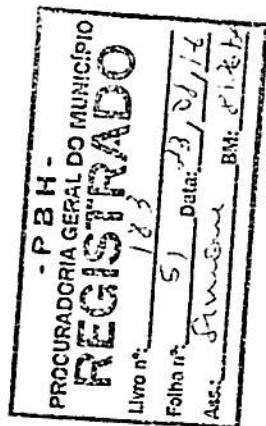


**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90



O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, ELETRO CRUZEIRO LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 65.220.949/0001-42 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, JOSÉ DIAS COELHO NETO, portador da CI nº 02.011.320-5, devidamente inscrito no CPF sob o nº 148.187.526-49, nos termos da Alteração Contratual nº 13 registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 5598735, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso das Boxes 96 a 98 com 24,60 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso das Boxes 96 a 98 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de utilidades domésticas.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

24/06/2014  
24/34  
8

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.



2846  
40



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2846  
40  
2455  
x

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

Q. J.







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS), perfazendo o valor anual de R\$18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS), pelo BOXES 96 A 98 de 28,80 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

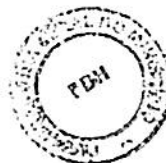
6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais


7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de AGOSTO de 2016.

  
Marcelo Lana Franco

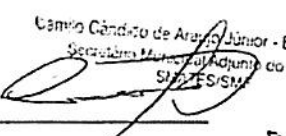
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

  
Pedro Menegatti

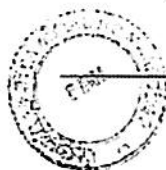
Secretário Municipal de Finanças

  
Camilo Cândido de Araújo Júnior - EM 103.533-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro

Eletro Cruzeiro Ltda - ME

Permissionário

Testemunhas: 22640





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*Handwritten notes and signatures in the top right corner.*

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

**Processo: 01.096832.15-90**

*Vertical stamp and handwritten notes on the left side:*  
- F. O. N.  
Procuradoria Geral do Município  
REGISTRADO  
INTO nº 183  
Data: 51 23/03/2016  
Vencimento: 84740.6

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **DELÍCIAS DA VOVÓ LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.686.999/0001-03 sediada na RUA OURO FINO, 452 - MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **SEBASTIÃO GALDINO**, portador da CI nº M-4.341.308, devidamente inscrito no CPF sob o nº 665.970.306-30, nos termos da Alteração e Consolidação do Contrato Social registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 4319051, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da **CONCORRÊNCIA nº 001/2016** e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**  
**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes nº 99 a 101 com 24,20 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**  
**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 99 a 101 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade comercial varejista de produtos alimentícios em geral.

**CLAUSULA III**  
**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

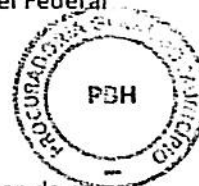
- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA IV**

##### **Da Permissão Remunerada de Uso**

**4.1.** O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

**4.2.** As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 445,28 (QUATROCENTOS QUARENTA E CINCO REAIS, VINTE E OITO CENTAVOS), perfazendo o valor anual de R\$ 5.343,36 (CINCO MIL, TREZENTOS QUARENTA E TRÊS REAIS, TRINTA E SEIS CENTAVOS), pelo Boxes 99 a 101 de 24,20 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

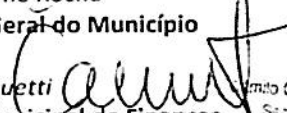
7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

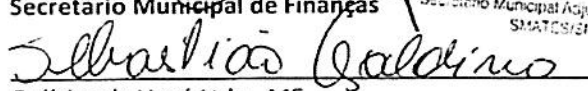
Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

  
Marcelo Lara Franco  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional


  
Rusvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti  
Secretário Municipal de Finanças

Ana Flávia S. Patrus de Souza  
BR 113.200-6 - OAB/RN 22.030  
Procurador Geral Adjunto Administrativo  
Conselheiro do Município de Belo Horizonte

  
Sebastião Galvão  
Delícias da Vovó Ltda - ME  
Permissãoário

Testemunhas:  35004-8

 22583-9

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**  
**Processo: 01.019863/13-48**

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Eládio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Cria Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eireli - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.347.040/0001-90 sediada na Rua Ouro Fino, 452 - Área Especial X e Lojas 27 e 28 - Mercado Distrital do Cruzeiro doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Maurílio Everton Pinheiro Lima, portador da CI nº MG-4.323.117, devidamente inscrito no CPF sob o nº 722.227.946-68, nos termos do Ato de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3160000282-4, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2013 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Área Especial X e Lojas 27 e 28 com 484,00 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Área Especial X e Lojas 27 e 28 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade comercial de Espaço para eventos, podendo ser inclusive conjugado com bar, espaço gastronômico.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;





Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

687

8

- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter no box, loja ou área especial, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- n) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box, loja ou área especial;
- o) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- p) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- q) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes, lojas ou áreas especiais, deverão observar as especificações contidas no ANEXO I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

2846  
4

688



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pelas parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

689

8

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **Depósito Bancário**, no valor de **R\$6.415,20 (Seis mil, quatrocentos e quinze reais, vinte centavos)** nos termos do item 10 do edital.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de **R\$10.692,00 (Dez mil, seiscentos noventa e dois reais)**, perfazendo o valor anual de **R\$128.304,00 (Cento vinte e oito mil, trezentos e quatro reais)**, pela Área Especial X e Lojas 27 e 28 de 484,00 m<sup>2</sup> localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.



690


**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

 Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
 Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
 Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA

 **PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

691

inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### **CLAUSULA VII**

##### **Das Disposições Finais**

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

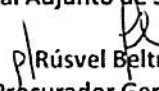
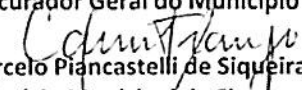
7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.


7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

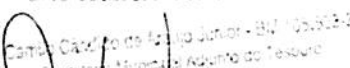
Pela PERMISSONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 01 de Julho de 2013.

  
**Flávio Márcio Leopoldino Duffles**  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

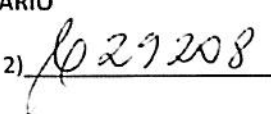
  
**Rúsvel Beltrame Rocha**  
Procurador Geral do Município  
  
**Marcelo Piancastelli de Siqueira**  
Secretário Municipal de Finanças

  
**Flávia Cristina M. F. de Oliveira**  
BV 12.4440  
Procuradora-Geral Adjunta Substituta  
em Belo Horizonte

  
**Carlos Camargo de Aguiar Junior** - BV 104532-2  
Substituto Municipal Adjunto do Tesouro  
SMASAN-SIAF

  
**Cria Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eireli - EPP**  
**PERMISSONÁRIO**

Testemunhas: 1)  25624

2)  27208



**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**

Processo: 01.019863/13-48

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Marcelo Piancastelli de Siqueira, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, Cria Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eireli - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.347.040/0001-90 sediada na Rua Ouro Fino, 452 - Área Especial XIII - Mercado Distrital do Cruzeiro doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Maurílio Everton Pinheiro Lima, portador da CI nº MG-4.323.117, devidamente inscrito no CPF sob o nº 722.227.946-68, nos termos do Contrato Ato de Transformação em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3160000282-4, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2013 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Área Especial XIII com 100,50 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Área Especial XIII integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade comercial de Comércio varejista de refeições prontas (lanchonete, bar, cafeteria, restaurante, etc) ou farmácia ou loja de conveniência.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

Flu  
D

- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter no box, loja ou área especial, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- n) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box, loja ou área especial;
- o) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- p) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- q) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes, lojas ou áreas especiais, deverão observar as especificações contidas no ANEXO I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

2841  
D



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

f1.2

cf

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

WJ

D

a

W

B



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

713

8

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **Depósito de Bancário**, no valor de **R\$1.740,00 (Um mil, setecentos e quarenta reais)** nos termos do item 10 do edital.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de **R\$2.900,00 (Dois mil, novecentos reais)**, perfazendo o valor anual de **R\$34.800,00 (Trinta e quatro mil, oitocentos reais)**, pela **Área Especial XIII de 100,50 m²**, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

285c  
D



Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

714

g

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA.



 **PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

715  
4

inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### **CLAUSULA VII**

##### **Das Disposições Finais**

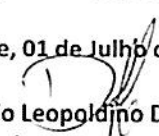
7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.


7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

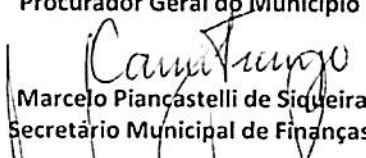
7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

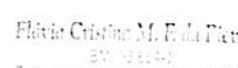
Pela PERMISSÃOÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃOÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

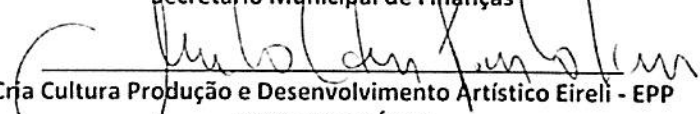
Belo Horizonte, 01 de Julho de 2013.

  
**Flávio Márcio Leopoldino Duffles**  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

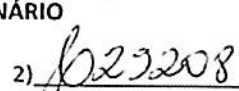
  
**Rúsel Beltrame Rocha**  
Procurador Geral do Município

  
**Marcelo Piancastelli de Siqueira**  
Secretário Municipal de Finanças

  
**Flávia Cristina M. E. da Ferve**  
BY 13.644-1  
Procuradora-Geral Adjunta Substituta  
do Município de Belo Horizonte  
Carmen Cândida de Araújo Junior - DM 105.553-2  
Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho  
SMAT-ES SMP

  
**Cris Cultura Produção e Desenvolvimento Artístico Eireli - EPP**  
PERMISSÃOÁRIA

Testemunhas: 1)  27627

2)  623208



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

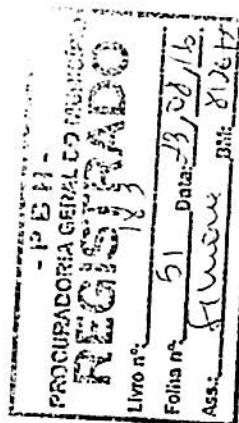
Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

*2891  
Ruy*



O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, COMERCIAL TUIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.400.044/0001-00 sediada na RUA OURO FINO, 452 - MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, JOSÉ GERALDO VIDIGAL TEIXEIRA, portador da CI nº 467.961, devidamente inscrito no CPF sob o nº 228.950.866-72, nos termos da Contrato de Constituição por Sucessão de Firma Individual registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 31203254886, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Área Especial 14 com 50,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Área Especial 14 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de plantas e flores naturais.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2898

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

2892  
R4

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.



28  
2893  
By

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pelas parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

2893  
By

2893  
By

2893  
By

2893  
By



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.933,00 (UM MIL, NOVECENTOS TRINTA E TRÊS REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 23.196,00 (VINTE E TRÊS MIL, CENTO NOVENTA E SEIS REAIS), pela Área Especial 14 de 50,00 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.













6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93. 2895  
18/1

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSIONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

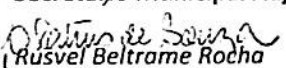
7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

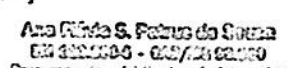
Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda insere aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

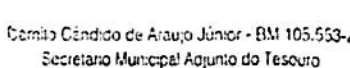
  
Marcelo Lana Franco

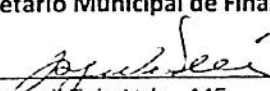
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rusvel Beltrame Rocha  
Procurador Geral do Município


  
Ana Cláudia S. Fátima da Silva  
E.O. 000.006 - 007/2012  
Procurador Geral do Município  
Secretaria de Educação de Belo Horizonte

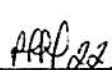
  
Pedro Meneguetti  
Secretário Municipal de Finanças

  
Camilo Cândido de Araújo Júnior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF

  
Comercial Ltda - ME  
Permissionário

Testemunhas:

 35004-8

 22583-9



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1096  
10

## TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Márcio Leopoldino Duffles, presentes o Procurador Geral do Município, Marco Antônio de Rezende Teixeira e o Secretário Municipal de Finanças, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **Comercial O Fino da Carne Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 68.534.833/0001-76 sediada no Box 10 – Mercado Distrital do Cruzeiro – Rua Ouro Fino, 452 - Cruzeiro doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, Wayne Stochiero Vasconcelos Caetano, portador da CI nº M-5.376.603, devidamente inscrito no CPF sob o nº 940.915.796-04, nos termos do Contrato Social registrado na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120400757-2, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, nos termos do Edital regulamentador da **CONCORRÊNCIA nº 005/2011** e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

### CLÁUSULA I

#### Do Objeto

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro - Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso do Box 10, com 9,00 m².

### CLÁUSULA II

#### Do Ramo de Comércio

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso do Box 10 integrante do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de carnes preparadas.

### CLAUSULA III

#### Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1097  
10

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;
- c) em caso de constituir empresa individual, deverá mantê-la durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) em caso de constituir sociedade comercial, deverá manter-se como sócio majoritário e administrador durante a vigência deste TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- e) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas neste TPRU;
- f) manter a área objeto da permissão de uso, em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-la em perfeita ordem;
- g) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- h) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- i) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- j) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da SMASAN;
- k) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- l) manter no box ou loja, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- m) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- n) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela SMASAN;
- o) afixar, em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome da PERMISSIONÁRIA, o ramo de comércio e o número do box ou loja;
- p) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1033  
19

- q) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários inerentes à exploração da atividade comercial;
- r) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editais.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSONÁRIA, com material da mesma qualidade do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1039  
10

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

4.14. A garantia contratual foi recolhida na modalidade **Depósito Bancário**, no valor de **RS384,00 (Trezentos e oitenta e quatro reais)** nos termos do item 10 do edital.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de **RS640,00 (Seiscentos e quarenta reais)**, perfazendo o valor anual de **RS7.680,00 (Sete mil, seiscentos e oitenta reais)**, pelo **Box 10 de 9,00m²**, localizado no **Mercado Distrital do Cruzeiro**.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1100  
R

## CLÁUSULA VI

### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I - o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V - a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI - razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso.

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.


6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

1101  
10

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSONÁRIA inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

## CLAUSULA VII

### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**


Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – Cep.: 30190-060 - Belo Horizonte/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836


1102  
10

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 11 de Junho de 2012.

  
**Flávio Márcio Leopoldino Duffles**  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
**Marco Antônio de Rezende Teixeira**  
Procurador Geral do Município

  
**José Afonso Bicalho Beltrão da Silva**  
Secretário Municipal de Finanças

Paulo de Souza Dantas - 01/01/1970-0  
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional  
SMANES/RMF

  
PERMISSIONÁRIO

Testemunhas: 1) Q350048 2) JO 33457 3





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2057  
8

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **COMERCIAL O FINO DA CARNE LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 68.534.833/0001-76 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **WAYNE STOCHIERO VASCONCELOS CAETANO**, portador da CI nº M-5.376.603, devidamente inscrito no CPF sob o nº 940.915.796-04, nos termos da 8ª Alteração Contratual registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 4877562, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da **CONCORRÊNCIA nº 001/2016** e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 08 e 09 com 20,90 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

183  
23/08/16  
51  
Pena 916629

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 08 e 09 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de carnes e pescados – açougues e peixarias.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

29/06  
2059  
8

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5. A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**4.13.** Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA V  
Do Pagamento**

**5.1.A** PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 390,00 (TREZENTOS E NOVENTA REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 4.680,00 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS), pelos Boxes 08 e 09 de 20,90 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**5.1.1.** A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

**5.1.2.** Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

**5.2** A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

**CLÁUSULA VI  
Das Penalidades e da Extinção**

**6.1.** A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

**6.1.1.** Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*20/08*  
*2001*  
*28*

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

Página 5 de 6



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - B11/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*206*  
*206*

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

*Marcelo Lana Frasco*  
Marcelo Lana Frasco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

*Rusvel Beltrame Rocha*  
Rusvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

*Pedro Meneguetti*  
Pedro Meneguetti  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF

Secretário Municipal de Finanças

*Comercial O Fino da Carne Ltda - ME*  
Comercial O Fino da Carne Ltda - ME  
Permissãoário

Testemunhas: 035004-8





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

*2201*  
*[Handwritten mark]*

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **COMERCIAL FUGITA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.709.388/0001-10 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **MÁRCIA YAEMI FUGITA**, portador da CI nº M-2.619.087, devidamente inscrito no CPF sob o nº 876.866.786-87, nos termos da Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 31208743419, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da **CONCORRÊNCIA nº 001/2016** e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**  
**Do Objeto**

*143*  
*23/04/16*  
*51*  
*João 9.6629*

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 39 a 41 com 24,00 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**  
**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 39 a 41 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

**CLAUSULA III**  
**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

*[Handwritten signature]*

*mf*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

286-  
4  
2/202  
8



- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

my-



*Handwritten signature and date 22/03/08*

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2160  
D  
2204  
28

**4.13.** Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V**

##### **Do Pagamento**

**5.1.** A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 602,00 (SEISCENTOS E DOIS REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 7.224,00 (SETE MIL, DUZENTOS VINTE E QUATRO REAIS), pelos Boxes 39 a 41 de 24,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**5.1.1.** A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

**5.1.2.** Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

**5.2** A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI**

##### **Das Penalidades e da Extinção**

**6.1.** A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

**6.1.1.** Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.

mf  
Página 4 de 6



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~22/11~~  
~~2015~~  
3205  
X

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSIONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSIONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSIONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSIONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSIONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.



mf



Página 5 de 6





**P R E F E I T U R A**  
**B E L O H O R I Z O N T E**

**Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional**  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.**

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

**6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.**

## CLAUSULA VII

### Das Disposições Finais

**7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.**

**7.2.** O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSIONÁRIA foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSIONÁRIA, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22, de Agosto de 2016.

Marcelo Lana/Franco

**Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional**

*Rusvel Beltrame Rocha*

**Procurador Geral do Município**

Pedra Meneguetti

**Secretário Municipal de Finanças**

Demio Cândido de Araújo Junior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
Sistema - 201F

Mônica Yasumi Fugita  
Comercial Fugita Ltda - ME  
Permissionário

Testemunhas: 35004-8



**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

2531  
RM

Procuradoria Geral do Município

REGISTRADO

Pro nº 183

23/08/2016  
84740-6

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, CASA DE CARNES E FEIJÃO DA LÚ LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.719.912/0001-34 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, LUÍZA APARECIDA LIMA, portador da CI nº MG-3.081.450, devidamente inscrito no CPF sob o nº 570.884.626-72, nos termos da 2ª Alteração Contratual registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 4936029, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 111 e 112 com 17,60 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 111 e 112 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;

L

M

Q

1.

J

U



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

*2530  
fil*

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

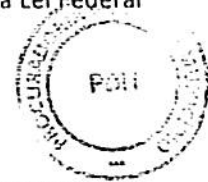
#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*[Handwritten signatures and initials]*





*Handwritten signature and initials*

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

*Handwritten number 2533 and initials*

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

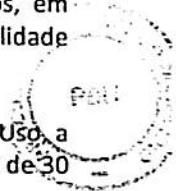
4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.



4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% ( dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

*Handwritten signatures and initials*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 1.500,00 (UM MIL, QUINHENTOS REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS), pelos Boxes 111 e 112 de 17,60 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 27 de Agosto de 2016.

  
Marcelo Lana Franco

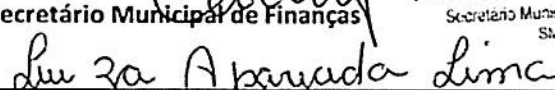
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rusvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

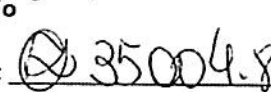
  
Luiza Aparecida Lima

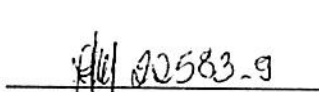
Casa de Carnes e Feijão da Lú Ltda - ME  
Permissãoário

Ana Flávia S. Patrus de Souza  
EM 113.200-6 - OAB/RN 03.000  
Procurador Geral Adjunto Administrativo  
Conselheiro do Município de Belo Horizonte

Cláudio Cândido de Araújo Júnior - BM 105.550-4  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF

Testemunhas:

 35004.8

 02583.9



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, CASA DE BEBIDAS CRUZEIRO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.273.530/0001-71 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, LUÍS LOPES DE PAULA, portador da CI nº MG-6.311.071, devidamente inscrito no CPF sob o nº 971.714.846-53, nos termos da Contrato de Constituição de Casa de Bebidas Cruzeiro Ltda registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 31210586392, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 42 a 44 com 25,00 m² localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 42 a 44 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature and date 22/20]*

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento) ;
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*[Handwritten signatures and initials]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

2221  
*[Handwritten mark]*

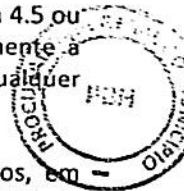
4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.



4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pelas parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

*[Handwritten signatures]*





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 761,00 (SETECENTOS SESENTA E UM REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 9.132,00 (NOVE MIL, CENTO TRINTA E DOIS REAIS), pelos Boxes 42 a 44 de 25,00 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

*22/23*  
*[Handwritten mark]*

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 21 de Agosto de 2016.

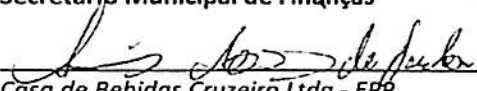
  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rusvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti  
Secretário Municipal de Finanças

  
Casa de Bebidas Cruzeiro Ltda - EPP  
Permissão

Testemunhas: 350048



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, CARLOS ROBERTO DE MORAES, inscrita no CNPJ sob o nº 41.675.703/0001-05 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, CARLOS ROBERTO DE MORAES, portador da CI nº 603.461, devidamente inscrito no CPF sob o nº 186.292.456-20, nos termos da Requerimento de Empresário registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 3277727, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 35 a 38 com 32,80 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 35 a 38 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

  
2185  
8

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSIONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSIONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

~~2871~~

2186  
8

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 799,00 (SETECENTOS NOVENTA E NOVE REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 9.588,00 (NOVE MIL, QUINHENTOS OITENTA E OITO REAIS), pelos Boxes 35 a 38 de 32,80 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



*Handwritten signature and date 21/8/17*

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 27 de Agosto de 2016.

  
Marcelo Lana Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional


  
Rosvel Beltrame Rocha

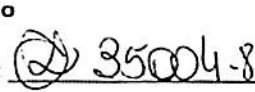
Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

Camilo Cândido de Araujo Júnior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF

  
Carlos Roberto de Moraes  
Permissãoário

Testemunhas:  35004-8

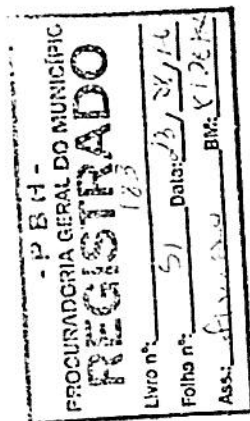


**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90



O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **ARROZ E FEIJÃO PRESIDENTE LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.679.465/0001-13 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **NILZA REZENDE AMBRÓSIO DA FONSECA**, portador da CI nº MG-688.638, devidamente inscrito no CPF sob o nº 032.133.946-02, nos termos da 8ª Alteração Contratual registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 4669891, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Área Especial 05 com 09,40 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Área Especial 05 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836



4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

283  
puy

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5 A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*284*  
*EA*

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

*283*  
*fu*

#### CLÁUSULA V

##### Do Pagamento

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 503,00 (QUINHENTOS E TRÊS REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 6.036,00 (SEIS MIL, TRINTA E SEIS REAIS), pela Área Especial 05 de 09,40 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### CLÁUSULA VI

##### Das Penalidades e da Extinção

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.

*[Handwritten signatures and stamps]*  
*[Circular stamp: Página 4 de 6]*



*[Handwritten signature]*

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

*2835  
puy*

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

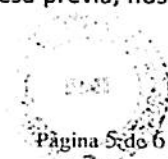
6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

287  
D

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

2836  
R4

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

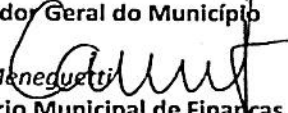
Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

  
Marcelo Lobo Franco

Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

  
Rúsvel Beltrame Rocha

Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti

Secretário Municipal de Finanças

  
Vilga Figueiredo de Faria  
Arroz e Feijão Presidente Ltda – ME  
Permissãoário

Ass. M. S. Paulo do Carmo  
EN 287-88 - C/PA 287-88  
Procurador Geral do Município  
Belo Horizonte, 30190-060

Camilo Cândido de Araújo Junior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF



Testemunhas: 35004.8

28583-9







**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO**

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como PERMITENTE, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Prof. Fernando Viana e, de outro lado, como PERMISSIONÁRIO, ANTONIO CARVALHO PIMENTA,

C.G.C. n.º 17.411.026-0001-25

Insc. Estadual n.º

representado por ANTONIO CARVALHO PIMENTA

C.P.F. n.º 078.486.170-53

C.I.M-692.123 /SSP-MG

Foi celebrado o presente TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO, autorizado pelo Decreto n.º 1799, de 31 de agosto de 1981, de conformidade com o que dispõe o art. 38, inciso II, da Lei Orgânica do Município, tendo como objeto área de 12,00 m<sup>2</sup> ( BOX 18 ) situada no MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO mediante as condições e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A PERMITENTE concede ao PERMISSIONÁRIO, a contar da presente data, pelo prazo de 12 (doze) meses, renováveis, a critério da PERMITENTE, esta permissão de uso do local acima mencionado, para, sem exclusividade, exercer a atividade: COMÉRCIO VAREJISTA DE TUBERCULOS, CONFORME PROCESSO 001.735.95-52.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O PERMISSIONÁRIO fica sujeito, quanto à utilização da área a que se refere este TERMO, à interdição do uso ou ao cancelamento da permissão a critério da PERMITENTE, ou nos casos especificados neste instrumento e na ocorrência de situações análogas ou previstas no Regulamento de Mercado instituído pela PERMITENTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Desde que seja verificada, a critério da PERMITENTE, a ocupação ociosa da área permitida, sem motivo justificado, esta poderá ser reduzida ou mesmo cancelada a permissão, concedendo prazo não superior a 30 dias para ocupação e exercício da atividade, conforme Cláusula Primeira, no espaço permissionado, sob pena de cancelamento do presente TERMO DE PERMISSÃO.

**CLÁUSULA QUARTA** - Pela permissão aqui concedida, o PERMISSIONÁRIO pagará a PERMITENTE o preço de uso determinado pelo Decreto n.º 8152 de 19 de outubro de 1995, que faz parte integrante desta, independente de transição, concordando desde já, expressamente, com qualquer alteração futura da legislação específica.

§1º - O pagamento do valor fixado nesta cláusula dar-se-á até o último dia útil de cada mês, na Tesouraria da PERMITENTE ou onde por ela for indicado, sujeitando-se à multa se efetuar a quitação além do prazo aprezado.

§2º - A presente permissão considerará-se automaticamente cancelada em decorrência da mora de 30 (trinta) dias ou pelo atraso contínuo no pagamento mensal, salvo os casos excepcionais autorizados pela PERMITENTE, obrigando-se o PERMISSIONÁRIO a entregar imediatamente a área, sob pena de aplicação do disposto na Cláusula Sexta, sem que lhe assista o direito de qualquer providência visando o restabelecimento da situação anterior.





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

§3º - O preço estipulado na Clausula Quarta, independente da época de início da permissão, será corrigido nos mesmos percentuais mencionados do valor vigente da UFPBH.

§4º - Além do preço de uso, fixado nesta Clausula, as despesas relativas a utilização das áreas de uso comum da PERMITENTE e seus serviços, tais como Informações e Estatísticas de Mercado, Ajudamento e Arborização, Promoção e Divulgação, Ambulatório, Limpeza, Vigilância, Policiamento, Iluminação, Água, Conservação e outras da mesma natureza, serão pagas mensalmente pelo PERMISSIONÁRIO, proporcionalmente a área ocupada, a quem couber a responsabilidade pela Administração do Mercado, correndo ainda por conta do PERMISSIONÁRIO quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre o exercício de sua atividade no local.

**CLÁUSULA QUINTA** - O PERMISSIONÁRIO, obriga-se a cumprir as leis, normas da Prefeitura e seu Regulamento de Mercado, especialmente:

I - Manter a área, objeto desta permissão, bem como a que lhe dá acesso, em boas condições de limpeza e higiene, com as instalações em perfeito estado de conservação e funcionamento, assim como os pertences da área, cuja relação é anexa a este contrato, devidamente autenticada e faz parte integrante deste, que declara receber em perfeito estado e, assim também, restituí-la, finda a permissão, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais só poderão ser feitas quando devidamente autorizadas por escrito pela PERMITENTE, ficando, desde logo, incorporadas ao prédio, salvo se houver avença diversa em termo aditivo;

II - Empregar, em seus serviços, pessoal idôneo, devidamente habilitado, exigindo-lhe perfeita disciplina, boa apresentação, uso de vestimenta que o identifique, quando exigido e a máxima urbanidade no trato com o público;

III - Observar, na sua atividade, os horários que forem fixados em norma ou regulamento pela PERMITENTE;

IV - Submeter-se as fiscalizações da PERMITENTE;

V - fornecer dados sobre preços de venda e quantidades comercializadas e prestar outras informações que a PERMITENTE julgar necessárias.

§1º - Quaisquer danos ocasionados ao local ou às instalações, por parte do PERMISSIONÁRIO serão imediatamente reparados por este. Se dentro de 10 (dez) dias, a contar da data da ocorrência, o PERMISSIONÁRIO não efetivar os reparos, a PERMITENTE executará o serviço, cobrando, inclusive judicialmente, se necessário, o seu custo sem prejuízo de cancelar a permissão.

**CLÁUSULA SEXTA** - Fica explicitamente outorgado a PERMITENTE o direito de a qualquer tempo e hora, ingressar na área objeto desta permissão, esteja ou não presente o PERMISSIONÁRIO ou preposto seu desde que seja:

I - Para examinar ou retirar mercadorias em perecimento;

II - Para proceder sua desocupação, por motivo de cancelamento, por ter sido abandonada, ou em decorrência do disposto no parágrafo 1º - Clausula Quarta;

III - Para fiscalizar a manutenção da higiene;

IV - Para cumprimento do previsto na Clausula Terceira





**CLÁUSULA SÉTIMA** - Na hipótese de serem encontradas mercadorias em estado de perecimento, nos termos da cláusula anterior, a PERMITENTE fica autorizada a proceder da seguinte forma:

I - Conceder prazo ao PERMISSIONÁRIO para que providencie a retirada da parte ainda aproveitável, se houver, sob pena de ficar facultada à PERMITENTE incinerá-la, colocá-la no lixo ou doá-la para finalidade compatível.

Parágrafo único - Quanto aos objetos não perecíveis, aguarda-se o comparecimento do PERMISSIONÁRIO por um prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual aqueles objetos serão considerados abandonados, podendo a PERMITENTE dispor deles da forma que julgar mais conveniente, sem que assista ao PERMISSIONÁRIO, direito a qualquer indenização.

**CLÁUSULA OITAVA** - Fica, expressamente, **proibido** ao PERMISSIONÁRIO, ceder, a qualquer título, inclusive emprestar, no todo ou em parte, a área objeto desta permissão, bem assim transferir o presente instrumento a terceiros, salvo prévia autorização da PERMITENTE, bem como ser sócio minoritário da sociedade, se for o caso, sob pena de ser cancelada a permissão de pleno direito, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial.

**CLÁUSULA NONA** - Em hipótese alguma, terá a PERMITENTE qualquer responsabilidade frente a terceiros com os quais o PERMISSIONÁRIO, tenha ou venha a ter contratos ou compromissos, sejam particulares, sejam decorrentes de atividade relacionada com a área objeto desta permissão.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A PERMITENTE poderá, obedecidos os critérios técnicos operacionais que melhor atendam aos interesses comerciais e funcionais mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, remarcar a área permitida, aplicando-se ao PERMISSIONÁRIO o preço de uso de novo local.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - As comunicações a serem feitas ao PERMISSIONÁRIO, considerar-se-ão verificadas em seguida a uma das seguintes providências:

I - Entrega da correspondência, mediante recibo, ao PERMISSIONÁRIO ou preposto seu, que na área se encontre.

II - A fixação da comunicação no quadro de editais e avisos da Prefeitura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A permissão licitada, outorgada por este instrumento, entende-se feita pessoalmente ao PERMISSIONÁRIO, se pessoa física ou aos sócios integrantes, se sociedade regular, sendo que no caso do permissionário ser pessoa física e venha a constituir Empresa este PERMISSIONÁRIO, necessariamente, não poderá ser sócio **minoritário** da sociedade e deverá, obrigatoriamente, responder pela atividade exercida em todos os seus aspectos legais, inclusive pela presente permissão.

Parágrafo único - Para efeito do disposto nesta cláusula, obriga-se o PERMISSIONÁRIO a dar prévia ciência à PERMITENTE das eventuais alterações do seu Contrato Social.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Faz parte integrante deste a Lei 2324 de 17 de junho de 1974, a cujas normas o PERMISSIONÁRIO declara sujeitar-se.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - As partes elegem o foro de Belo Horizonte, com expressa renúncia de qualquer outro, ainda que privilegiado para dirimir as dúvidas suscitadas em decorrência da presente permissão de uso.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

Neste ato, o PERMISSIONÁRIO declara aceitar a presente permissão, em todas as suas condições, obrigando-se a cumpri-las fielmente, pelo que se lavrou o presente Termo em 2 (duas) vias de um só teor e para um só efeito legal, que vai assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 30 de julho de 1996.

Secretário Municipal de Administração

Secretário Municipal de Abastecimento

Antônio Rosalvo Pinheiro  
Permissonário

Testemunhas

*Handwritten notes on the left margin:*  
F. T. de  
24/



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro - CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, ÁGUIMA JULIANA DE FREITAS – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.468.381/0001-54 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, ÁGUIMA JULIANA DE FREITAS, portador da CI nº M-1.500.876, devidamente inscrito no CPF sob o nº 378.522.566-00, nos termos da Requerimento de Empresário registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 5222985, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso da Área Especial 02 com 66,97 m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso da Área Especial 02 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de plantas e flores naturais e/ou de produtos veterinários (exceto medicamentos).

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

*[Handwritten signature]*

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

*[Handwritten signature]*

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures]*



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

4.3. O uso e o exercício da atividade comercial serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, cabendo-lhe cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos pertinentes, observando, obrigatoriamente, o horário comercial estabelecido pela SMASAN.

4.4. As despesas com benfeitorias, obras, reforma, adaptação e conservação dos boxes ou lojas serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que não fará jus a qualquer indenização ou retenção a esse título, estando ciente que todas as obras realizadas serão automaticamente integradas ao patrimônio municipal.

4.5. A execução das obras de adaptação para a operacionalização das áreas licitadas correrá às expensas da PERMISSIONÁRIA, com material de qualidade igual ou superior do empregado anteriormente e por empresa ou profissional legalmente habilitado.

4.6. As obras constantes no item 4.5 deverão observar fielmente o cronograma apresentado e aceito pela SMASAN, sob pena de não o fazendo ser extinta a Permissão Remunerada de Uso e impostas às demais sanções cabíveis.

4.7. A realização de qualquer benfeitoria, obra, reforma ou adaptação previstas na cláusula 4.5 ou no exercício da atividade comercial deverá ser obrigatoriamente comunicada por escrito à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial da responsabilidade ao Município de qualquer responsabilidade.

4.8. Todo e qualquer acidente ou sinistro decorrente das atividades previstas no item 4.5 ou do exercício da atividade comercial deverá ser comunicado por escrito imediatamente à SMASAN, o que não implica transferência total ou parcial ao Município de qualquer responsabilidade.

4.9. Havendo danos à área objeto da permissão de uso, a usuários ou a terceiros, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente a permissionária.

4.10. Em caso de extinção, a qualquer título, do Termo de Permissão Remunerada de Uso, a PERMISSONÁRIA obriga-se a retirar por sua conta, os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados abandonados.

4.11. Na hipótese de a PERMISSONÁRIA pretender devolver a área objeto do TPRU, antes de findo o prazo, será exigida a avaliação da situação física do imóvel a ser realizada por servidor público designado pela SMASAN, bem como a comprovação do pagamento do preço público e das tarifas relativas à energia elétrica, saneamento básico, telefonia, gás canalizado, taxa condominial e qualquer outro valor decorrente da utilização do espaço.

4.12. A devolução de área deste Termo, antes de findo o prazo, deverá ser comunicada formalmente à SMASAN no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias sob pena de a PERMISSONÁRIA continuar responsável pela parcelas mencionados no edital e no TPRU, bem como pela multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual pago pela permissão de uso, atualizado.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

4.13. Poderá ocorrer o remanejamento da área objeto da permissão de uso visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia da Permissionária, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

#### **CLÁUSULA V** **Do Pagamento**

5.1.A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao PERMITENTE o valor mensal de R\$ 2.100,00 (DOIS MIL, CEM REAIS), perfazendo o valor anual de R\$ 25.200,00 (VINTE E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS), pela Área Especial 02 de 66,97m<sup>2</sup>, localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

5.1.1. A PERMISSIONÁRIA realizará o pagamento mensal discriminado na cláusula 5.1 ao PERMITENTE, até o último dia útil do mês subsequente, contado a partir da data da assinatura do Termo desta Permissão Remunerada de Uso.

5.1.2. Os valores mensais constantes no item 5.1 serão reajustados anualmente pelos índices fixados nos Decretos Municipais que regulamentam a cobrança de preço público.

5.2 A PERMISSIONÁRIA é responsável pelo pagamento mensal à Associação dos Comerciantes/Condomínio, por meio de rateio, do valor correspondente aos encargos provenientes do consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como daqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, desratização, manutenção, conservação e vigilância, seguro contra incêndio, instalação de sistema de sonorização e de telefonia, e quaisquer outros que vierem a ser instituídos pela Administração, necessários ao bom funcionamento das atividades.

#### **CLÁUSULA VI** **Das Penalidades e da Extinção**

6.1. A inexecução total ou parcial pela PERMISSIONÁRIA do Termo de Permissão Remunerada de Uso, além de outros fatores, poderá ensejar a sua extinção.

6.1.1. Constituem motivo para extinção deste Termo de Permissão Remunerada de Uso:

- I- o descumprimento, ainda que parcial, das obrigações nele estipuladas;
- II- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- III - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IV - a dissolução da sociedade ou encerramento da empresa individual;
- V – a alteração contratual ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste Termo;
- VI – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela Administração Pública e exaradas em processo administrativo;
- VII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Permissão Remunerada de Uso;
- VIII – a assinatura de termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, os TPRU's já firmados entre a PBH e os permissionários deverão ser extintos.



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

2803  
2

6.2. Os casos de extinção do Termo de Permissão Remunerado de Uso serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, que serão exercidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea c da Lei Federal nº 8.666/93.

2799  
24

6.3. A extinção, quando provocada pela PERMISSONÁRIA, acarretará a aplicação do disposto no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

6.4. A extinção deste TPRU será formalizada sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e da aplicação de multa pecuniária, fixada em 2% (dois por cento) sobre o valor anual atualizado pago em razão da permissão, em caso de descumprimento total ou parcial de obrigação prevista neste TPRU ou decorrente de normas atinentes ao ramo de comércio exercido pela PERMISSONÁRIA, incidente a partir do primeiro dia de descumprimento.

6.4.1. A manutenção do descumprimento por período superior a 15 (quinze) dias corridos implicará em duplicação do valor da multa prevista na cláusula 6.4 a partir do 16º (décimo sexto) dia.

6.4.2. A PERMISSONÁRIA que alterar seu ramo de comércio sem prévia e expressa autorização da SMASAN será aplicada, além da multa prevista na cláusula 6.4, a penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

6.6. Sobre a multa pecuniária incidirão correção monetária e juros de mora, estes fixados em 1% (um por cento) ao mês, até a data de seu efetivo pagamento.

6.7. A aplicação de penalidades não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se de prejuízos causados pela PERMISSONÁRIA.

6.8. É garantido à PERMISSONÁRIA o direito à defesa prévia, exercida mediante manifestação formal nos autos de processo administrativo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de notificação da intenção da Administração Pública de aplicar-lhe penalidade, exceto no caso de declaração de inidoneidade, hipótese em que o prazo para defesa prévia será de até 10 (dez) dias corridos da data de notificação.

6.9. Além da extinção do TPRU e da aplicação da multa prevista na cláusula 6.4, a PERMISSONÁRIA que não efetuar o pagamento do valor mensal devido ao PERMITENTE em decorrência da outorga da permissão por período superior a 90 (noventa) dias corridos da data em que se iniciou a mora deverá desocupar a área objeto do TPRU no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento de notificação de desocupação expedida pela SMASAN.

6.10. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido ao licitante vencedor o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.















**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

6.11. A aplicação das penalidades ficará a cargo da SMASAN, o que não prejudica o direito do PERMITENTE de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a PERMISSÃO inadimplente, ou de promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

6.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente neste TPRU, acarretará na aplicação, pela SMASAN, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

6.13. A ocorrência de atraso no pagamento dos valores relativos à permissão de uso, por mais de 90 (noventa) dias corridos, acarretará na extinção do vínculo jurídico e a desocupação da área no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação a ser expedida pela SMASAN.

#### CLAUSULA VII

##### Das Disposições Finais

7.1. Os casos omissos serão encaminhados ao Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.2. O presente Termo de Permissão Remunerada de Uso é vinculado ao Edital e seus anexos, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas, independentemente de transcrição.

7.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Pela PERMISSÃO foi dito que aceitava o presente termo, que lido, conferido e achado conforme, vai assinado, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas, sendo a primeira entregue à PERMISSÃO, a segunda inserta aos autos do Processo Administrativo a terceira encaminhada aos arquivos da GEASA/SMASAN e a última encaminhada para a Procuradoria Geral do Município.

Belo Horizonte, 22 de Agosto de 2016.

  
Marcelo Lago Franco

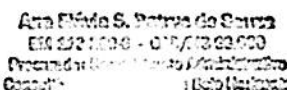
Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional

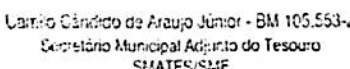
  
Rusvel Beltrame Rocha

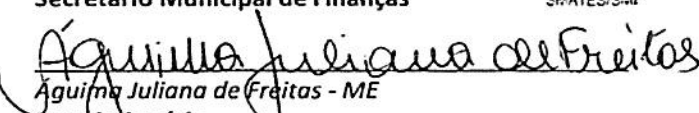
Procurador Geral do Município

  
Pedro Meneguetti


Secretário Municipal de Finanças

  
Ana Flávia S. Petrus de Souza  
Estrada 1000 - 010/1000-000  
Procuradoria Geral do Município  
Belo Horizonte

  
Carlos Cândido de Araújo Júnior - BM 105.553-2  
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro  
SMATES/SMF

  
Aquilina Juliana de Freitas - ME  
Permissão

Testemunhas:  35004-8

 22583-9



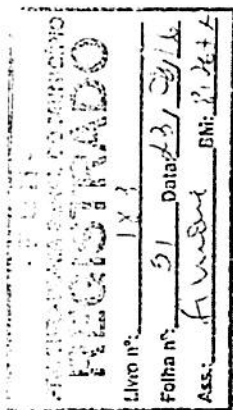


**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO - TPRU**

Processo: 01.096832.15-90



O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal Adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Marcelo Lana Franco, presentes o Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha e o Secretário Municipal de Finanças, Pedro Meneguetti, a seguir designado simplesmente PERMITENTE, e, de outro lado, **ANDRADE FRUTAS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.134.572/0001-33 sediada na RUA OURO FINO, 452 – MERCADO DISTRITAL DO CRUZEIRO doravante designada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, **ERCY ANDRADE DOS REIS**, portador da CI nº M-2.211.160, devidamente inscrito no CPF sob o nº 087.417.946-72, nos termos da 5ª Alteração Contratual registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o nº 3283683, têm entre si justo e acordado o presente, o que fazem com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Municipal 2.324/74 e aos Decretos Municipais nº 10.710/01 e 15.113/13; nos termos do Edital regulamentador da CONCORRÊNCIA nº 001/2016 e seus Anexos, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLÁUSULA I**

**Do Objeto**

1.1 O PERMITENTE, proprietário do imóvel localizado na Rua Ouro Fino, nº 452, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, onde se encontra instalado Mercado Distrital do Cruzeiro sob administração da SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PERMITE o uso dos Boxes 92 a 95 e 106 a 108 com 57,00 m², localizado no Mercado Distrital do Cruzeiro.

**CLÁUSULA II**

**Do Ramo de Comércio**

2.1 O PERMITENTE concede à PERMISSIONÁRIA, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do PERMITENTE, a permissão remunerada de uso dos Boxes 92 a 95 e 106 a 108 integrantes do Mercado Distrital do Cruzeiro, para o exercício da atividade de comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

**CLAUSULA III**

**Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA**

3.1 À PERMISSIONÁRIA caberá o cumprimento das seguintes obrigações, além de outras constantes do edital e de outras cláusulas do TPRU:

- a) pagar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, nos termos deste edital e do TPRU;
- b) não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão Remunerada de Uso; zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração Pública, a sua utilização indevida por terceiros;



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional  
Rua Tupis, 149, 2º andar, Centro – CEP.: 30190-060 - BH/MG  
Telefone: (31) 3277-4746 Fax: (31) 3277-4836

- c) manter a empresa individual durante a vigência do TPRU, sob pena de extinção do vínculo jurídico;
- d) exercer unicamente os ramos de atividades comerciais permitidas no TPRU;
- e) manter a área objeto da permissão de uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo em perfeita ordem;
- f) solicitar prévia e expressa autorização da SMASAN para executar quaisquer obras, reformas, adaptações e benfeitorias na área objeto da licitação;
- g) cumprir, naquilo que couber, as exigências do Código Sanitário, Código de Posturas e da SLU, bem como, as demais determinações legais de órgãos municipais, estaduais e federais;
- h) pagar as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração Pública;
- i) não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração Pública;
- j) responder civil e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem como, por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados;
- k) manter nos boxes e lojas, toda a documentação referente à área objeto da permissão de uso, com destaque para alvará sanitário, alvará de localização e comprovante de pagamento de preços públicos e das demais parcelas previstas neste edital, mantendo em local visível o DML (Documento Municipal de Licenciamento);
- l) não utilizar alto-falantes e/ou congêneres, cartazes ou publicidade não autorizada pela Administração Pública, assim como não permitir algazarras no local;
- m) promover a comunicação visual de acordo com o projeto aprovado pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- n) devolver a unidade comercial e os equipamentos disponibilizados, no encerramento do prazo do TPRU em perfeitas condições de uso;
- o) quitar as despesas decorrentes do consumo de água, energia elétrica, telefone, encargos fiscais e trabalhistas e demais despesas com funcionários, inerentes à exploração da atividade comercial;
- p) manter recipientes apropriados para acondicionamento e coleta do lixo, participando, quando possível tecnicamente, da coleta seletiva;
- q) afixar em local visível, placas identificativas constando a razão social, o nome do permissionário, o ramo de comércio e o número dos boxes ou lojas;
- r) afixar em local visível, placas com o valor das mercadorias;
- s) manter as condições de habilitação, nos moldes do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA IV

##### Da Permissão Remunerada de Uso

4.1. O presente instrumento terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta) meses, ou até que seja firmado o termo de concessão para exploração do Mercado Distrital do Cruzeiro, observando-se as condições constantes na proposta vencedora do certame e nas normas editalícias.

4.2. As atividades comerciais a serem desenvolvidas nos boxes ou lojas, deverão observar as especificações contidas no Anexo I do edital, bem como a legislação municipal pertinente, sob pena da aplicação de penalidades e/ou extinção do vínculo jurídico.